

Mondopass S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Mondopass S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mondopass S.A. Companhia, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mondopass S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Concentração das operações

Conforme mencionado na Nota explicativa 1, a Companhia celebrou um contrato com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) pelo prazo de 20 anos. As receitas provenientes do contrato com a ABASP representam, em 31 de dezembro de 2025, 68% do total das receitas da Companhia (65% em 31 de dezembro de 2024).

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre Fernandes do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

Mondopass S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	155	39.936	72.975
Caixa restrito	17.1	-	-	34.284	6.960
Contas a receber	7	-	-	55.794	38.619
Impostos a recuperar	9	209	246	11.089	9.938
Despesas antecipadas		17	17	385	335
Dividendos a receber		-	4.989	-	-
Outros créditos	8	32	33	55.627	25.442
Total ativo circulante		258	5.440	197.115	154.269
Ativo não circulante					
Impostos diferidos	28	-	-	11.117	14.023
Propriedade para investimento	11	-	-	2.870	2.870
Outros créditos	8	-	-	29	25
Investimentos	5	126.769	102.538	-	-
Outros investimentos		-	-	85.219	2.500
Imobilizado	12	-	-	48.143	54.552
Intangível	13	-	-	146.562	92.882
Total ativo não circulante		126.769	102.538	293.940	166.852
Total do ativo		127.027	107.978	491.055	321.121

Mondopass S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	14	-	-	8.282	37.657
Fornecedores	15	121	68	17.768	27.396
Obrigações tributárias e trabalhistas	16	6	3	8.710	8.893
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	214.705	24.098
Arrendamentos	18	-	-	8.223	6.979
Adiantamento de clientes	19	-	-	3.458	3.486
Outras contas a pagar	20	24.775	2.168	22.784	2.397
Dividendos a pagar	22.c	3.371	6.280	3.371	9.447
Total do passivo circulante		28.273	8.519	287.301	120.353
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	-	5.509
Passivo de arrendamentos	18	-	-	18.898	23.527
Adiantamento de clientes	19	-	-	15.551	19.009
Outras contas a pagar	20	-	-	70.391	52.965
Provisão de Demandas Judiciais	21	-	-	160	299
Total do passivo não circulante		-	-	105.000	101.309
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	37.037	37.037	37.037	37.037
Reserva legal	22.b	4.200	4.200	4.200	4.200
Reserva de lucros	22.d	55.304	56.009	55.304	56.009
Reserva de lucros não realizada	22.e	2.213	2.213	2.213	2.213
		98.754	99.459	98.754	99.459
Total do passivo e patrimônio líquido		127.027	107.978	491.055	321.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mondopass S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	24	-	-	286.934	294.815
Custos dos serviços prestados	25	-	-	(148.548)	(169.874)
Lucro bruto		-	-	138.386	124.941
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(4.970)	(2.500)	(64.222)	(50.808)
Despesas comerciais	25	(20)	(20)	(12.454)	(13.944)
Outras despesas	26	(692)	(6.584)	(25.684)	(28.102)
Outras receitas	26	-	-	1.132	550
		(5.682)	(9.104)	(101.228)	(92.304)
Prejuízo (Lucro) operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos		(5.682)	(9.104)	37.158	32.637
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	27	(4)	(1)	(46.600)	(14.141)
Receitas financeiras	27	8	79	14.423	6.644
Resultado financeiro líquido		4	78	(32.177)	(7.497)
Resultado de equivalência patrimonial		4.973	31.250	-	-
Lucro antes de impostos de renda e da contribuição social		(705)	22.224	4.981	25.140
Imposto de renda e contribuição social - correntes	28	-	-	(2.780)	(5.166)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	28	-	-	(2.906)	2.250
		-	-	(5.686)	(2.916)
Lucro (prejuízo) do exercício		(705)	22.224	(705)	22.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mondopass S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	(705)	22.224	(705)	22.224
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(705)	22.224	(705)	22.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mondopass S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Reserva de Lucros				Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		37.037	3.089	34.896	2.213	-	77.235
Lucro do exercício		-	-	-	-	22.224	22.224
Destinação para reserva de lucros	22.d	-	-	21.113	-	(21.113)	-
Distribuição de Dividendos	22.e	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	22.b	-	1.111	-	-	(1.111)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		37.037	4.200	56.009	2.213	-	99.459
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(705)	(705)
Compensação com reserva de lucros		-	-	(705)	-	705	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		37.037	4.200	55.304	2.213	-	98.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mondopass S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2024	2024	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		(705)	22.224	(705)	22.224
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial		(4.973)	(31.250)	-	-
Depreciação e amortização		-	-	24.907	43.646
Perda sobre baixas do ativo imobilizado		-	-	(102)	65
Perda sobre baixas do ativo intangível		-	-	-	300
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais		-	-	(139)	(456)
Variação monetária, encargos financeiros e juros		-	-	34.945	8.443
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil		-	-	4.400	4.812
Encerramento antecipado de contratos de arrendamentos		-	-	-	(610)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		-	-	2.906	(2.250)
Outras transações		692	6.585	18.117	26.275
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(17.175)	(18.075)
Impostos a recuperar		37	(9)	(1.151)	2.833
Outros créditos e despesas antecipadas		1	-	(27.801)	(20.263)
Fornecedores		53	17	(9.628)	2.541
Obrigações tributárias e trabalhistas		3	-	2.555	525
Bilhetagem eletrônica		-	-	(29.375)	(14.496)
Outras contas a pagar		6.608	29	6.386	(56)
Adiantamento de clientes		-	-	(3.486)	(3.434)
Caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais		1.716	(2.404)	4.654	52.024
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(2.738)	(4.614)
Juros pagos	17	-	-	(27.165)	(10.688)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		1.716	(2.404)	(25.249)	36.722
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		-	-	(43.440)	(43.270)
Adiantamento e aumento de capital social em controladas		-	(13.400)	-	-
Recebimento de dividendos		12.039	15.415	-	-
Outros investimentos		-	-	(82.719)	-
Aquisição de Investimentos		(11.000)	-	(11.000)	(1.250)
Caixa (usado nas) provenientes das atividades de investimentos		1.039	2.015	(137.159)	(44.520)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Antecipação e pagamento de dividendos		(2.910)	(800)	(9.203)	(8.231)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	17	-	-	(196.155)	(27.169)

Mondopass S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Investimentos de caixa restrito	-	-	(27.324)	7.591
Pagamentos de arrendamento mercantil	18	-	(7.022)	(6.628)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	369.073	-
Caixa (usado nas) provenientes das atividades de financiamentos		(2.910)	(800)	(34.437)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(155)	(1.189)	(42.235)
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro		155	1.344	72.975
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		-	155	39.936
		(155)	(1.189)	(42.235)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Mondopass S.A. (“Grupo” ou “Controladora”) é uma sociedade de participações (*holding*) que detém, como seu principal ativo, 100% das ações de emissão da Autopass S.A., sociedade anônima dedicada às atividades de gestão operacional e financeira de sistema de bilhetagem eletrônica, cadastramento dos clientes, emissão dos cartões, captura e processamento eletrônico das respectivas transações, liquidação financeira/*clearing*, entre outros negócios. Em fevereiro de 2020, a Mondopass adquiriu 100% das cotas da empresa Via Nova Serviços Ltda., empresa limitada cuja atividade é a intermediação de aquisição de benefícios, tais como vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, entre outros. Fundada em 1996, a empresa é líder na Administração de benefícios e gestão de pessoas com atendimento em todo o território nacional.

Em outubro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas da Taksim Desenvolvimento de Soluções de Mobilidade Urbana Ltda. (“Taksim”), passando a deter o controle integral de suas operações. Taksim é a empresa vencedora de processo licitatório promovido pelo Município de São Paulo, cujo objeto consiste no desenvolvimento e implementação do aplicativo oficial de intermediação de serviços de transporte individual de passageiros por taxistas. Com a aquisição, a Companhia passou a assumir integralmente os direitos e obrigações relacionados ao referido contrato, incluindo as responsabilidades pela continuidade do desenvolvimento, implementação e futura operação da plataforma tecnológica. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, o aplicativo ainda não se encontra em operação, estando o projeto em fase de desenvolvimento e/ou implementação, conforme cronograma técnico e operacional em andamento.

O sistema de bilhetagem da controlada Autopass S.A. (“Autopass” ou “Controlada”) atende além do Consórcio Metropolitano de Transportes (“CMT”), a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP, em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, além de operações municipais espalhadas pelo Estado de São Paulo, bem como tem ampla rede de vendas, entre as 3 maiores, credenciada junto a São Paulo Transportes S.A. (“SPtrans”), para comercialização e validação dos créditos do tipo Bilhete Único.

Decorrente do contrato celebrado com a ABASP em abril de 2020, nasce o Projeto TOP, dividido em 2 fases. A primeira fase cuidou de substituir os bilhetes edmonson pelos bilhetes unitários do tipo QRcode e a segunda fase cuidou de substituir os cartões BOM para o cartão múltiplo TOP. Após a conclusão dos projetos anteriormente mencionados, a Autopass, controlada direta da Mondopass, passou a concentrar seus esforços no desenvolvimento de sistema próprio de bilhetagem eletrônica, com o objetivo de fortalecer sua autonomia tecnológica e operacional.

Em julho de 2025, foi concluído o desenvolvimento da plataforma proprietária, passando a Autopass a deter controle integral sobre a gestão, operação e evolução do sistema. A implementação dessa solução representa um avanço estratégico relevante, ao reduzir a

dependência de terceiros e viabilizar a expansão das operações de bilhetagem eletrônica no mercado brasileiro, com potencial de ganhos de escala, eficiência operacional e geração de valor no médio e longo prazo.

Os serviços prestados pela controlada Via Nova Serviços Ltda. (“Via Nova” ou “Controlada”) incluem a gestão de benefícios de vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e demais benefícios comumente geridos pela área de recursos humanos das empresas clientes. Entre os já citados, encontram-se ainda cartão combustível, cartão múltiplo, seguro de vida e microsseguros.

A controladora e o consolidado apresentam Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 28.015 e R\$ 90.186, respectivamente, o que indica que, no curto prazo, o passivo circulante supera o ativo circulante. No entanto, esse cenário não reflete um problema de liquidez estrutural. Ele é explicado, principalmente, pela captação de uma dívida relevante de curto prazo voltada à expansão das operações da Companhia. Essa estratégia implica um aumento das obrigações de curto prazo antes da materialização dos benefícios econômicos esperados. Ou seja, os recursos foram direcionados para investimentos que ainda estão em fase de maturação.

A Companhia já está em processo de reestruturação do perfil da dívida, com a contratação de financiamento de longo prazo prevista até julho de 2026. Essa readequação permitirá o alongamento do passivo, reduzindo a pressão sobre o curto prazo.

1.1 Relação de entidades controladas

A Companhia está divulgando na Nota Explicativa nº 1 o contexto operacional de cada empresa da qual ela detém o controle, sendo divulgadas na tabela abaixo as participações da Companhia em cada uma dessas subsidiárias:

	% Participação			
	31/12/2025		31/12/2024	
Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Autopass S.A.	100%	-	100%	-
Via Nova Serviços Ltda.	100%	-	100%	-
Taksim	100%	-	-	-
Autopass Bilhetagem Ltda.	-	-	-	100%

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselho Federal de contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Moedas funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exceto pelas aplicações financeiras avaliadas a valor justo.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

3 Principais práticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em contrapartida serviço prestado para seus clientes.

As receitas de taxa de credenciamento, decorrentes da operação de venda de créditos de passagens eletrônicas, são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.

As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados à clientes, são apropriadas no resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte.

As receitas de taxas de emissão de segunda via de cartão e as taxas de entrega em domicílio são reconhecidas no resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
(a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica)	Receita referente contratos estabelecidos com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) e com o Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), no qual a Companhia recebe um % sobre o total transportado, com pagamento antecipado. A Companhia tem firmado contrato com a City Transporte para fazer a gestão da bilhetagem no município do Guarujá, no entanto com pagamento fixo mensalmente após a prestação do serviço.	Receita apropriada ao resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte, exceto no contrato com o cliente City Transportes, onde o valor da remuneração é fixo pela gestão da bilhetagem.

(b) Serviços de venda de créditos de passagens eletrônicas	Receita de taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas. Os pedidos são realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte, mediante os pagamentos dos boletos pelos clientes.	Receita é apropriada ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.
(c) Serviços de Intermediação	Receita de comissão sobre a venda de crédito “Bilhete Único”, no qual a Autopass é Credenciada.	Receita apropriada ao resultado através do total vendido mensalmente, aplicando as taxas acordadas entre a Companhia e o cliente.
(d) Prestação de serviços de emissão da 2ª via de cartões eletrônicos e taxa de entrega	A operação de taxa 2º via, refere-se a cobrança ao cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda ou furto. O pagamento ocorre na forma a vista no momento da emissão do cartão.	Receita apropriada ao resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.
(e) Licença software de bilhetagem eletrônica e sublocação de hardware	Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.	Receita apropriada ao resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), (ii) a custo amortizado ou (iii) a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos

financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo.

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos.

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis

Pré-pagamento e prorrogação do prazo

Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Em dezembro de 2022, a Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto as aplicações financeiras, pois são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais

Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira ou

Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, as controladas adotam a política de baixar o valor contábil

bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, as controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros entre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente - Outros passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício.**

3.5 Ativo imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revistos quando o Grupo identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 5

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pelo grupo como definida.

a. *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil desse ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

b. *Taxas de amortização*

Os ativos intangíveis foram amortizados à taxa anual, como segue:

Ativo intangível	Vidas úteis estimadas	
	2025	2024
Licenças de Software	5	5
Projetos desenvolvidos internamente	3 a 10	3 a 5

c. *Ágio*

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(i) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os métodos de amortização e vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(ii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida ao resultado. O ágio não é amortizado.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O Grupo revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período.

Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo.

A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais.

Para avaliar o valor em uso, o Grupo considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para futuras negociações. A propriedade para investimento é reconhecida pelo valor de custo.

3.9 Estoques

Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

3.10 Bilhetagem eletrônica - Vendas de créditos

Através de rede de vendas, própria e terceirizada, as controladas efetuam a captação de valores para utilização no transporte público.

As transações de saldos de bilhetagem eletrônica são apresentadas de forma líquida nas demonstrações financeiras e referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais das empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remição.

Os valores a receber de rede de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de Administração. As controladas adotam procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exigem garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida às despesas com vendas na demonstração de resultado.

Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a sete dias úteis.

3.11 Provisões para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal

For mantido principalmente para negociação

Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou

Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal

For mantido principalmente para negociação

Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou

Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.13 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.14 Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e remuneração variável, como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a ser incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas

alteraram sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.16 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

3.17 Tributos sobre prestações de serviços

Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação.

As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISSQN por alíquotas que variam entre 2% e 5%.

3.18 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 e aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7

A alteração às normas CPC 48 – Instrumentos Financeiros (equivalente à IFRS 9 – Financial Instruments) e à CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente à IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures) tem como objetivo melhorar a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis. As mudanças buscam aumentar a transparência e a consistência na forma como as empresas classificam e divulgam instrumentos financeiros, especialmente em relação a:

- Ativos financeiros
- Passivos financeiros
- Critérios de mensuração
- Evidenciação nas demonstrações financeiras

Essas alterações ajudam os usuários das demonstrações (investidores, analistas e reguladores) a entender melhor os riscos financeiros e a forma como os instrumentos são avaliados.

b) Contracts Referencing Nature-dependent Electricity”, que modifica a IFRS 9 – Financial Instruments e a IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures.

A alteração tem como objetivo esclarecer o tratamento contábil de contratos de compra e venda de eletricidade cuja produção depende de fatores naturais, como energia eólica ou solar, além de incluir requisitos adicionais de divulgação relacionados a esses contratos. A norma terá aplicação obrigatória para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração avaliou os impactos da referida alteração e concluiu que não são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia não possui contratos dessa natureza em suas operações.

4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Notas Explicativas nºs 12 e 18- Imobilizado (Arrendamentos) - Definição do período de arrendamento.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado - Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado.

Nota Explicativa nº 13 - Intangível - Determinação da vida útil para amortização dos *softwares* e projetos.

Nota Explicativa nº 21 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota Explicativa nº 28- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

5 Investimentos

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Participação em controladas (a)	126.769	102.538

- (a) O saldo inclui o total de R\$ 3.553 referente a mais-valia na operação de combinação de negócios e ágio reconhecido na combinação de negócios da controlada Via Nova (R\$ 3.919 em 2024), e no balanço consolidado foi reclassificado para a linha de intangível. Adicionalmente, no exercício de 2025, foi reconhecida mais-valia no montante de R\$ 9.864, decorrente da aquisição da Taksim Desenvolvimento de Soluções de Mobilidade Urbana Ltda., a qual compõe o saldo apresentado nesta nota explicativa.

a. Composição e movimentação dos investimentos

	Autopass S.A.	Via Nova Serviços Ltda.	Taksim	Autopass S.A.	Via Nova Serviços Ltda.
	2025	2025	2025	2024	2024
Capital social (R\$)	59.779	840	15.136	59.779	840
Quantidade de ações:	60.302.159	8.400	-	60.302.159	8.400
Ações ordinárias	60.278.804	8.400	-	60.278.804	8.400
Ações preferenciais	23.355	-	-	23.355	-
Quotas	-	-	15.135.594	-	-
Participação					
Total do ativo das controladas	448.114	16.130	15.136	290.313	26.467
Total do passivo das controladas	360.685	5.342	-	202.483	15.679
Patrimônio líquido de investidas em	87.429	10.788	15.136	87.830	10.788
Lucro de controlada no exercício	291	5.050	-	11.211	20.405
Valor do investimento	87.429	14.340	25.000	87.830	14.708

	Autopass S.A.	Via Nova Serviços Ltda.	Taksim	Total Investimento
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2023	69.803	15.074	-	84.877
Equivalência patrimonial	11.211	20.039	-	31.250
Dividendos	(6.584)	(20.405)	-	(26.989)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.400	-	-	13.400
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2024	87.830	14.708	-	102.538
Aquisição de Investimento	-	-	25.000	25.000
Equivalência patrimonial	291	4.682	-	4.973
Dividendos	(692)	(5.050)	-	(5.742)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2024	87.429	14.340	25.000	126.769

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024	2025	2024
Caixa e banco	-	-	7.238	66.335
Aplicações financeiras (a)	-	155	32.698	6.640
Total	-	155	39.936	72.975

- (a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Durante o exercício de 2025 as aplicações renderam em média 92% do CDI (153% do CDI em 2024). Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) através de bancos de primeira linha e que possuem liquidez diária.

7 Contas a receber

	Notas	Consolidado	
		2025	2024
Serviços de bilhetagem eletrônica	(a)	24.084	15.719
Vendas em terminais eletrônicos (ATM's)	(b)	11.308	9.186
Vendas EMV	(b)	17.864	7.668
Rede de vendas e outros canais	(b)	1.545	3.431
Venda de Licença de Uso de Software	(c)	897	2.460
Contas a receber com partes relacionadas	(d)	87	85
Outras contas a receber		9	70
		55.794	38.619

- (a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos.

- (b) Vendas com obrigação de repasse dos produtos TOP, bilhete único e QR Code. As vendas são efetivadas por nossa rede de vendas, canais físicos e/ou digitais. EMV é um canal físico que possibilita aos clientes a utilização do transporte através da tecnologia EMV, ou seja, aproximando seu cartão bancário, débito e/ou crédito, na catraca da CPTM, Metro ou Ônibus da região metropolitana.
- (c) Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.
- (d) Transações referem-se a saldos a receber de Operadoras Municipais de transporte, conforme contratos firmados entre as partes, pela gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remição. Esses clientes foram considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass

Considerando os saldos registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, visto que os títulos a receber vencidos são de clientes considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de créditos. Os recebíveis com obrigação de repasse possuem em média recebimento em D+2.

8 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos à fornecedores	-	-	13.289	11.070
Debênture a Receber (a)	-	-	27.360	-
Estoque de cartões	-	-	3.305	644
Mútuos a receber	-	-	8.241	13.573
Outros créditos	32	33	3.461	180
	<u>32</u>	<u>33</u>	<u>55.656</u>	<u>25.467</u>
Circulante	32	33	55.627	25.442
Não circulante	-	-	29	25

- (a) Em 19 de março de 2025 A Autopass realizou a aquisição de debênture emitida pela CBD Bilhete Digital S.A., conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da emissora realizada em 21 de novembro de 2025, com efeitos retroativos a 19 de março de 2025. O Valor total da debênture foi de R\$ 71.197 com previsão de juros remuneratórios de 100% do CDI + spread fixo de 4,29%. Em setembro de 2025, a CBD liquidou R\$ 44.000 de principal. Reconhecimento no resultado de R\$ 8.678 de juros referente ao período e pagamento de R\$ 8.516.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.721	4.980
Imposto de renda - Aplicações financeiras	1	226	615	2.333
Saldo Negativo CSL	-	-	2.277	2.115
PIS e COFINS	-	-	2.258	4
Outros tributos	208	20	218	506
	<u>209</u>	<u>246</u>	<u>11.089</u>	<u>9.938</u>
Impostos a recuperar	209	246	11.089	9.938
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

10 Partes relacionadas

As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a receber conforme abaixo:

Os saldos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo:				
Dividendos a receber	-	4.989	-	-
Mútuos a receber	-	-	-	13.573
Serviços de bilhetagem eletrônica (a)	-	-	325	1.828
Contas a receber operadoras transporte intermunicipal	-	-	87	85
Conta corrente Mondo Holding S.A.	13	13	30	29
	<u>13</u>	<u>5.002</u>	<u>442</u>	<u>15.515</u>

- (a) Valores a receber do cliente CMT referente a prestação de serviços referente as utilizações do produto BOM. Esse cliente é considerado parte relacionada por pertencer ao mesmo acionista do Grupo Mondopass.
- (b) Valor a receber de R\$ 26 da Viação Fervima, R\$ 22 da Viação Raposo Tavares, R\$ 23 da Viação Pirajuçara, R\$ 5 da Viação Danúbio, R\$ 5 da Viação Talismã e R\$ 6 Da Arujá Transporte (R\$ 25 da Viação Fervima, R\$ 22 da Viação Raposo Tavares, R\$ 22 da Viação Pirajuçara, R\$ 5 da Viação Danúbio e Viação Talismã, respectivamente e R\$ 6 Da Arujá Transporte em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo:				
Conta corrente Autopass S.A.	438	28	438	-
Mútuo a pagar	6.200	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.139	2.139	2.139	2.139
Dividendos a pagar	3.371	6.280	3.371	9.447
	<u>12.148</u>	<u>8.447</u>	<u>5.948</u>	<u>11.586</u>

Resultado:	Consolidado	
	2025	2024
Receita de serviços de bilhetagem eletrônica	1.967	2.372
Receita de Serviços operadoras transporte intermunicipal	2	13
	1.969	2.385

Remuneração aos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, benefícios e dividendos fixos no montante de R\$ 3.154 e R\$ 8.629, respectivamente.

11 Propriedades para investimento

A Companhia recebeu unidades comerciais como pagamento pela venda de um terreno de sua propriedade em dezembro de 2018. Essas unidades foram inicialmente registradas pelo seu valor justo na data da aquisição, no montante de R\$ 2.870, e posteriormente mensuradas pelo modelo de custo. No exercício de 2025, uma avaliação realizada por especialistas imobiliários externos e independentes determinou que o valor justo atual das propriedades para investimento está acima do valor contábil.

12 Imobilizado

A Companhia não possui ativo imobilizado, portanto os saldos apresentados a seguir referem-se às suas controladas - saldo consolidado.

<i>Descrição</i>	Consolidado			Consolidado		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2024
Móveis e utensílios	1.901	(673)	1.228	1.898	(542)	1.356
Instalações	864	(848)	16	864	(809)	55
Máquinas e equipamentos	35.184	(14.056)	21.128	35.154	(10.790)	24.364
Equipamentos de informática	10.841	(7.631)	3.210	8.368	(6.743)	1.625
Benfeitorias em bens de terceiros	466	(464)	2	466	(462)	4
Imobilizado em Andamento	142	-	142	141	-	141
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	17.533	(3.522)	14.011	17.157	(1.743)	15.414
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	22.549	(14.143)	8.406	19.289	(7.696)	11.593
	<u>89.480</u>	<u>(41.337)</u>	<u>48.143</u>	<u>83.337</u>	<u>(28.785)</u>	<u>54.552</u>

<u>Descrição</u>	Consolidado			Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Móveis e utensílios	1.898	5	(2)	1.901	961	1198	(261)	1.898
Instalações	864	-	-	864	855	9	-	864
Máquinas e equipamentos	35.154	30	-	35.184	35.141	21	(8)	35.154
Equipamentos de informática	8.368	2.473	-	10.841	7.940	492	(64)	8.368
Benfeitorias em bens de terceiros	466	-	-	466	466	-	-	466
Imobilizado em Andamento	141	1	-	142	162	-	(21)	141
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	17.157	874	(498)	17.533	4.334	17157	(4.334)	17.157
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	19.289	5.470	(2.210)	22.549	17.053	7.586	(5.350)	19.289
	<u>83.337</u>	<u>8.853</u>	<u>(2.710)</u>	<u>89.480</u>	<u>66.912</u>	<u>26.463</u>	<u>(10.038)</u>	<u>83.337</u>

	Consolidado				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
<u>Depreciação do ativo imobilizado</u>								
Móveis e utensílios	(542)	(131)	-	(673)	(694)	(100)	252	(542)
Instalações	(809)	(39)	-	(848)	(731)	(78)	-	(809)
Máquinas e equipamentos	(10.790)	(3.266)	-	(14.056)	(7.600)	(3.194)	4	(10.790)
Equipamentos de informática	(6.743)	(888)	-	(7.631)	(6.155)	(621)	33	(6.743)
Benfeitorias em bens de terceiros	(462)	(2)	-	(464)	(460)	(2)	-	(462)
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	(1.743)	(1.779)	-	(3.522)	(2.745)	(2.104)	3.106	(1.743)
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	(7.696)	(6.551)	104	(14.143)	(4.071)	(6.638)	3.013	(7.696)
	<u>(28.785)</u>	<u>(12.656)</u>	<u>104</u>	<u>(41.337)</u>	<u>(22.456)</u>	<u>(12.737)</u>	<u>6.408</u>	<u>(28.785)</u>
Imobilizado líquido	<u>54.552</u>	<u>(3.803)</u>	<u>(2.606)</u>	<u>48.143</u>	<u>44.456</u>	<u>13.726</u>	<u>(3.630)</u>	<u>54.552</u>

13 Intangível

Os saldos apresentados a seguir referem-se às suas controladas da Mondopass.

<i>Descrição</i>	Consolidado			Consolidado		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2025	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2024
Licença de uso de software	23.590	(18.507)	5.083	17.720	(12.007)	5.713
Softwares desenvolvidos internamente (a)	202.769	(89.841)	112.928	167.708	(84.458)	83.250
Softwares em desenvolvimento	15.136	-	15.136	-	-	-
Mais-valia – Softwares	10.241	(377)	9.864	377	(377)	-
Mais-valia – Marca	1.250	(375)	875	1.250	(300)	950
Mais-valia - Carteira de clientes	2.596	(1.300)	1.296	2.596	(1.040)	1.556
Mais-valia - Acordo Non-Compete	162	(160)	2	162	(127)	35
Ágio na aquisição da controlada Via Nova	1.378	-	1.378	1.378	-	1.378
	<u>257.122</u>	<u>(110.560)</u>	<u>146.562</u>	<u>191.191</u>	<u>(98.309)</u>	<u>92.882</u>

- (a) Os principais softwares desenvolvidos internamente referem-se a desenvolvimento de softwares de integração do sistema de bilhetagem eletrônica. O desenvolvimento do SBE (sistema de bilhetagem eletrônica) da Autopass foi concluído em julho de 2025 e nomeado internamente de Orbi (anteriormente 822/811). O desenvolvimento foi avaliado com vida útil de 10 anos e reconhecido no resultado de 2025 R\$ 4.120 de amortização.

Descrição	Consolidado				Consolidado			
	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em
	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2023			31/12/2024
Licença de uso de software	17.720	5.870	-	23.590	11.510	6.570	(360)	17.720
Softwares desenvolvidos internamente	167.708	35.061	-	202.769	132.728	34.980	-	167.708
Softwares em desenvolvimento	-	15.136	-	15.136	-	-	-	-
Mais-valia – Softwares	377	9.864	-	10.241	377	-	-	377
Mais-valia – Marca	1.250	-	-	1.250	1.250	-	-	1.250
Mais-valia - Carteira de clientes	2.596	-	-	2.596	2.596	-	-	2.596
Mais-valia - Acordo Non-Compete	162	-	-	162	162	-	-	162
Ágio na aquisição da controlada Via Nova	1.378	-	-	1.378	1.378	-	-	1.378
	<u>191.191</u>	<u>65.931</u>	<u>-</u>	<u>257.122</u>	<u>150.001</u>	<u>41.550</u>	<u>(360)</u>	<u>191.191</u>
Descrição	Consolidado				Consolidado			
	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em
	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2023			31/12/2024
Amortização de licença de uso de software	(12.007)	(6.500)	-	(18.507)	(8.796)	(3.271)	60	(12.007)
Amortizações softwares des. internamente	(84.458)	(5.383)	-	(89.841)	(57.186)	(27.272)	-	(84.458)
Mais-valia – Softwares	(377)	-	-	(377)	(377)	-	-	(377)
Mais-valia – Marca	(300)	(75)	-	(375)	(225)	(75)	-	(300)
Mais-valia - Carteira de clientes	(1.040)	(260)	-	(1.300)	(780)	(260)	-	(1.040)
Mais-valia - Acordo Non-Compete	(127)	(33)	-	(160)	(96)	(31)	-	(127)
	<u>(98.309)</u>	<u>(12.251)</u>	<u>-</u>	<u>(110.560)</u>	<u>(67.460)</u>	<u>(30.909)</u>	<u>60</u>	<u>(98.309)</u>
Intangível líquido	<u>92.882</u>	<u>53.680</u>	<u>-</u>	<u>146.562</u>	<u>82.541</u>	<u>10.641</u>	<u>(300)</u>	<u>92.882</u>

a. Ágio - testes de recuperação (*impairment*)

O ágio apurado na aquisição da controlada Via Nova Serviços Ltda. foi baseado em benefícios e são substancialmente representados por sinergias no crescimento de venda e participação no mercado, desenvolvimento de mercados futuros alinhados com a estratégia e expectativa de geração de lucros futuros. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio, uma vez que os benefícios econômicos futuros não podem ser razoavelmente estimados. O ágio registrado referente à controlada Via Nova Serviços Ltda, foi avaliado e registrado com base no laudo de PPA - Alocação do Preço de Compra.

14 Bilhetagem eletrônica

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo de bilhetagem eletrônica com ABASP	1.599	26.111
Saldo de bilhetagem eletrônica com SPTrans	1.395	877
Saldo de bilhetagem eletrônica com City	1.710	2.271
Saldo de bilhetagem eletrônica com Arcon	301	-
Saldo de bilhetagem eletrônica com Itacard	9	44
Saldo de bilhetagem eletrônica de pedidos em processo	3.268	8.354
	8.282	37.657

15 Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Infraestrutura e tecnologia da informação	4.572	5.196
Serviços	11.461	19.598
Insumos na prestação de serviços	412	361
Publicações e marketing	148	994
Aluguéis a pagar	1.068	1.108
Serviços de transportes	107	139
	17.768	27.396

16 Obrigações tributárias e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social	1	1	1.001	1.246
Imposto sobre serviços - ISS	-	-	585	568
PIS e COFINS	-	2	51	1.098
Outros tributos a recolher	5	-	575	963
Obrigações tributárias	6	3	2.212	3.875
Provisão para férias	-	-	1.326	2.049
INSS	-	-	746	1.104
FGTS	-	-	259	355
Participação nos lucros ou resultados	-	-	4.167	1.510
Obrigações trabalhistas	-	-	6.498	5.018
	6	3	8.710	8.893
Circulante	6	3	8.710	8.893
Não circulante	-	-	-	-

17 Empréstimos, financiamentos e debentures

Em 2025, a Autopass contratou os seguintes empréstimos: a) junto ao Banco Santander, no montante de R\$ 100 milhões, com prazo de 12 meses e vencimento em 13 de abril de 2026; b) junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 85 milhões, com prazo de 6 meses e vencimento em 24 de março de 2026; c) e junto ao Banco Daycoval, no valor de R\$ 22 milhões, com prazo de 6 meses e vencimento em 27 de fevereiro de 2026. Tais operações contam apenas com garantias previamente estabelecidas em contrato, não havendo exigência de cumprimento de indicadores financeiros específicos (covenants).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos da Autopass é de R\$ 214.705. Em abril de 2025, a debênture emitida em dezembro de 2020 foi totalmente amortizada, sendo R\$ 23.157 amortização de principal e R\$ 1.046 amortização de juros.

Saldo em 31 de dezembro 2023	55.290
(+) Provisão de juros	6.914
(-) Pagamentos de principal	(27.169)
(-) Pagamentos de juros	(6.957)
(+) Amortização de custos de captação	1.529
Saldo em 31 de dezembro 2024	29.607
Circulantes	24.098
Não circulantes	5.509
(+) Provisão de juros	33.123
(-) Pagamentos de juros	(22.765)
(+) Captação de empréstimos	370.350
(+) Amortização de custos de captação	1.822
(-) Custo na captação de empréstimo	(1.277)
(-) Pagamentos de principal	(196.155)
Saldo em 31 de dezembro 2025	214.705
Circulantes	214.705
Não circulantes	-

Segue abaixo detalhamento das dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2025:

Instituição	Valor contratado	Data de contratação	Custo da dívida (a.a.)	Forma de pagamento	Período de pagamento		
					Valor liberado	Início	Fim
Santander	100.000	abril de 2025	CDI + 4,25%	Única parcela em abril/2026	100.000	abril de 2025	abril de 2026
Bradesco	85.000	setembro de 2025	CDI + 1,20%	Única parcela em março/2026	85.000	setembro de 2025	março de 2026
Daycoval	21.500	agosto de 2025	CDI + 4,55%	Única parcela em fevereiro/2026	21.500	agosto de 2025	fevereiro de 2026

17.1 Garantias dos empréstimos

As garantias dos empréstimos são: garantia de fluxo de recebíveis e *cash colateral* no montante de R\$ 34.284.

18 Arrendamentos a pagar

Não temos arrendamento na controladora. A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro a seguir, referente ao consolidado:

<i>Descrição</i>	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31.12.2023	2.176	13.389	15.565
Adições (a)	17.157	7.506	24.663
Baixas	(1.712)	(2.463)	(4.175)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	2.670	2.142	4.812
Baixa por pagamento principal	(601)	(6.027)	(6.628)
Baixa por pagamento juros	(1.589)	(2.142)	(3.731)
Saldo em 31.12.2024	18.101	12.405	30.506
Adições (a)	880	5.471	6.351
Baixas	(503)	(2.211)	(2.714)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	2.657	1.743	4.400
Baixa por pagamento principal	(614)	(6.408)	(7.022)
Baixa por pagamento juros	(2.657)	(1.743)	(4.400)
Saldo em 31.12.2025	17.864	9.257	27.121
Circulante	1.282	6.941	8.223
Não circulante	16.581	2.317	18.898

- (a) As parcelas a pagar dos novos contratos estão a valor presente com a aplicação da taxa de desconto de CDI anual mais GIRO de capital próprio.

A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 é conforme segue:

Maturidade dos contratos	-	-	
Vencimento das prestações	Valor nominal	Juros embutidos	Total
2026	11.645	(3.422)	8.223
2027	5.662	(2.541)	3.121
2028	4.489	(2.105)	2.384
2029	3.774	(1.803)	1.971
2030	3.774	(1.500)	2.274
2031	3.774	(1.149)	2.625
2032	3.774	(745)	3.029
2033	3.773	(279)	3.494
Saldo do passivo de arrendamento	40.665	(13.544)	27.121

19 Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Adiantamentos recebidos Mastercard (a)	19.009	22.468
Adiantamentos recebidos Outros	-	27
Total	19.009	22.495
Circulante	3.458	3.486
Não circulante	15.551	19.009

- (a) A Autopass desenvolveu o projeto TOP em parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Pefisa”). A Parceria entre Autopass e Pefisa consiste na combinação de esforços para a divulgação e comercialização de produtos e serviços da Pefisa para a base de clientes da Autopass. Para isso foi emitido o cartão múltiplo chamado “TOP”. Esse cartão é dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização ininterrupta no sistema de bilhetagem gerido pela Autopass e de serviços financeiros e de pagamentos amparados pela Pefisa. Para esse cartão atender a oferta de serviços financeiros, fez-se necessário a utilização de uma Bandeira. Logo, a Autopass (sem Pefisa) fechou o contrato com a Mastercard para atender essa obrigatoriedade da operação. A Bandeira Mastercard fatura e remunera a Autopass sob o volume transacionado de compras e oferece outros incentivos em forma de consultorias por essa parceria. Até 31 de dezembro de 2023, a Autopass recebeu R\$ 31.600 de incentivos da Mastercard, dos quais estão reconhecidos, no resultado de 2025, o montante de R\$ 3.458 (R\$ 3.458 em 2024), na linha de receitas operacionais, de acordo com a vigência do contrato de 10 anos.

20 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a Pagar Contrato Parceria Pefisa (a)	-	-	70.391	52.965
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.138	2.139	2.139	2.139
Aquisição de investimento - Taksim (b)	14.000	-	14.000	-
Outras contas a pagar (c)	6.200	-	6.200	-
Outras Contas a Pagar	2.437	29	445	258
	24.775	2.168	93.175	55.362
Circulante	24.775	2.168	22.784	2.397
Não circulante	-	-	70.391	52.965

- (a) Decorrente do contrato de parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Pefisa”) para desenvolvimento do projeto TOP, onde a Pefisa efetua todos os investimentos para ofertar os produtos financeiros à carteira de clientes do transporte público. Conforme previsto em contrato, a Autopass não tem obrigatoriedade de fazer desembolsos financeiros, no entanto, é responsável por compensar os resultados negativos da parceria com os lucros futuros, aos quais tem direito a 51%. Em 31 de dezembro de 2025, a parceria apresentou prejuízo acumulado de R\$ 86.302 (R\$ 75.330 em 31 de dezembro de 2024), logo, a Companhia registrou a obrigação para compensação com lucros futuros de R\$ 70.391 (R\$ 52.965 em 2024), sendo R\$ 43.151 (R\$ 37.665 em 2024) correspondente a 50% do resultado negativo e R\$ 27.240 (R\$ 15.300 em 2024) de juros pelo financiamento da operação pela Pefisa.
- (b) Em outubro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas da Taksim Desenvolvimento de Soluções de Mobilidade Urbana Ltda. (“Taksim”), passando a deter o controle integral de suas operações. O valor de aquisição foi de 25M, onde já foi pago durante o exercício de 2025 11M e 14M será pago em 14 parcelas. Outras contas a pagar com a empresa CBD Digital Bilhete S.A.

21 Provisão para demandas judiciais

A Companhia através da sua controladora Autopass é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 74 (R\$ 50 em 2024). A Autopass não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A Autopass provisionou também, referente a possível risco fiscal relativo a ISS, o montante de R\$ 86 (R\$ 249 em 2024). A composição encontra-se detalhada abaixo:

	Consolidado			
	2024	Adições	Reversões	2025
Fiscal	249	-	-	163
Cível	50	24	-	74
	299	24	(163)	160

	2023	Adições	Reversões	2024
Fiscal	699	-	(450)	249
Cível	56	9	(15)	50
	755	9	(465)	299

Em 31 de dezembro de 2025, a Autopass tem contra si processos judiciais classificados por seus advogados com perda possível no montante total de R\$ 8.576, sendo R\$ 2.781 processos trabalhistas, R\$ 1.350 processos cíveis e R\$ 4.445 processos tributários.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social é R\$ 37.037 composto de 49.800.995.129 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, sendo 47.310.945.373 detidas pela Mondo Fundo e 2.490.049.756 detidas pela Harpia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia tem registrado na rubrica de “reserva legal” o valor de R\$ 4.200.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições, sem a obrigatoriedade de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, de reservas exigidas por lei.

d. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado na rubrica “Reservas de lucros” R\$ 55.504 (R\$ 56.209 em 2024).

e. Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito em caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 12). O valor declarado em 2025 e 2024 é R\$ 2.213.

23 Instrumentos financeiros

Valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

	Nota	Consolidado				Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
		31/12/2025		31/12/2024			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.238	7.238	66.335	66.335	Nível II	Custo amortizado (i)
Aplicações financeiras (equivalente de caixa)	6	32.698	32.698	6.640	6.640	Nível II	Valor justo por meio do resultado (i)
Caixa restrito		34.284	34.284	6.960	6.960	Nível II	Custo amortizado (i)
Contas a receber	7	55.794	55.794	38.619	38.619	Nível II	Custo amortizado (i)
Debêntures a Receber		27.360	27.360	-	-	Nível II	Custo amortizado (i)
Conta corrente com partes relacionadas		468	468	-	-	Nível II	Custo amortizado (i)
Passivos financeiros							
Fornecedores	15	17.768	17.768	27.396	27.396	Nível II	Custo amortizado (i)
Bilhetagem eletrônica	14	8.282	8.282	37.657	37.657	Nível II	Custo amortizado (i)
Passivo de Arrendamento	18	27.121	27.121	30.506	30.506	Nível II	Custo amortizado (i)
Empréstimos, financiamentos e debentures	16	214.705	215.020	29.607	33.323	Nível II	Custo amortizado (i)
Outras contas a pagar	20	93.175	93.175	55.362	55.362	Nível II	Custo amortizado (i)

- (i) Para esses instrumentos financeiros, a Companhia acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial são referentes aos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, contas correntes com partes relacionadas, assim como fornecedores, bilhetagem eletrônica, outras contas a pagar e passivo de arrendamento não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - Assim, saldos de aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas foram registrados com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. Para os níveis 1 e 3, o Grupo não possuía nenhuma operação a ser classificada.

(ii) Fatores de risco que podem afetar os negócios

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez (i)

Risco de mercado (ii)

Risco de crédito (iii)

(i) Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez efetuando uma Administração baseada em fluxo de caixa, buscando melhorar o grau de alavancagem financeira. O Grupo monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da empresa em 31 de dezembro de 2025, conforme fluxo financeiro contratual.

Em 31 de dezembro de 2025	Consolidado				Total
	Até 1 ano	1 a 2	3 a 5	>5	
Fornecedores	17.768	-	-	-	17.768
Empréstimos e financiamentos	215.020	-	-	-	215.020
Bilhetagem eletrônica	8.282	-	-	-	8.282
Outras contas a pagar	22.784	-	70.391	-	93.175
Passivo de arrendamento	8.223	5.504	6.870	6.524	27.121

(ii) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio e taxas de juros — afetarem os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

O Grupo obtém empréstimo, financiamento e debêntures junto a instituições financeiras e está exposto a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são indexados pela CDI neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros.

(iii) **Risco de crédito**

O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, os quais também atuam como fornecedores, e, em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como o Grupo realiza de forma contínua análises de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros e a exposição máxima ao risco de crédito é conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	39.936	72.975
Caixa restrito	34.284	6.960
Contas a receber, líquidas	55.794	38.619
Debêntures a Receber	27.360	-
Conta corrente partes relacionadas	468	45

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a

incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

Análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos e debêntures – Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

Projeção Receita Financeira - um ano							
		Risco de redução			Risco de aumento		
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		12,15%	6,08%	9,11%	15,19%	18,23%	
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	32.698	3.973	1.986	2.980	4.966	5.959
Aplicações financeiras (Caixa Restrito)	CDI	34.284	4.166	2.083	3.124	5.207	6.248

Projeção Empréstimo Financeiro - um ano							
		Risco de redução			Risco de aumento		
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		16,96%	10,63%	7,46%	20,13%	23,30%	
Debêntures	CDI	27.360	4.641	2.907	2.040	5.507	6.374

Projeção Empréstimo Financeiro - um ano							
		Risco de redução			Risco de aumento		
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		12,15%	6,08%	9,11%	15,19%	18,23%	
Empréstimo Daycoval	CDI +4,55	22.736	2.762	1.381	2.072	3.453	4.144
Empréstimo Bradesco	CDI +1,20	88.340	10.733	5.367	8.050	13.417	16.100
Empréstimo Santander	CDI +4,25	103.629	12.591	6.295	9.443	15.739	18.886

Gestão de risco de capital - Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

24 Receitas

	Notas	Consolidado	
		2025	2024
Bilhetagem eletrônica	(a)	220.161	217.933
Taxa de credenciamento	(b)	56.022	53.135
Comissão sobre a venda de crédito Bilhete Único	(c)	16.294	15.183
Taxa de emissão 2ª via cartões e taxa de entrega	(d)	5.374	3.349
Licença de uso de software e locação de hardware	(e)	990	2.855
Gestão de benefícios	(f)	19.840	32.352
Outras receitas	(g)	4.078	5.932
		322.759	330.739
(-) Deduções da receita – tributos		(35.825)	(35.924)
Receita líquida		286.934	294.815

- (a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos.
- (b) Taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas;
- (c) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;
- (d) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos e tarifa na entrega domiciliar do cartão;
- (e) Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.
- (f) Receita de gestão de benefícios da controlada Via Nova.
- (g) Receita de acordo com o contrato com a Mastercard.

25 Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas de serviços especializados (a)	-	-	(110.533)	(116.855)
Despesas administrativas (b)	(40)	(41)	(10.160)	(8.126)
Despesas com pessoal	-	-	(30.139)	(28.788)
Benefícios com funcionários	-	-	(13.606)	(10.686)
Despesas com publicidade e propaganda	(20)	(20)	(11.236)	(14.368)
Consultorias e auditoria	(4.930)	(2.459)	(18.189)	(7.362)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mercantil	-	-	(8.330)	(8.741)
Depreciação e amortização	-	-	(16.577)	(34.822)
Custos com expansão e operação (c)	-	-	(6.454)	(4.878)
	(4.990)	(2.520)	(225.224)	(234.626)
Custo dos serviços prestados	-	-	(148.548)	(169.874)
Gerais e administrativas	(4.970)	(2.500)	(64.222)	(50.808)
Vendas e marketing	(20)	(20)	(12.454)	(13.944)
	(4.990)	(2.520)	(225.224)	(234.626)

- (a) Refere-se a preponderantemente manutenção de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação.
- (b) Refere-se a despesas com itens administrativos e despesas condominiais.
- (c) Refere-se a custos com emissão e entrega de cartões, com transporte de valores e custos para manutenção e reparo nos Terminais de Atendimento.

26 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras Despesas				
Remuneração fixa Administradores Autopass	(692)	(6.584)	(692)	(6.584)
Obrigação com contrato Pefisa	-	-	(17.426)	(19.768)
Exploração de base de informações sistema BOM	-	-	-	(1.750)
Perda Transações Não Valoradas	-	-	(6.944)	-
Outras despesas	-	-	(622)	-
Total outras despesas	(692)	(6.584)	(25.684)	(28.102)
Outras Receitas				
Restituição de Impostos	-	-	187	-
Reembolsos ABASP	-	-	327	-
Outras receitas	-	-	618	550
Total outras receitas	-	-	1.132	550

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas de aplicações financeiras	-	-	4.215	5.394
Outras receitas financeiras	8	79	10.208	1.250
	8	79	14.423	6.644
Encargos bancários	(2)	(1)	(597)	(209)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(33.123)	(6.914)
Custos de captação de empréstimos e financiamentos	-	-	(1.822)	(1.529)
Despesa com juros de arrendamento	-	-	(2.656)	(2.669)
Outras despesas financeiras	-	2	(8.402)	(2.820)
	(4)	(1)	(46.600)	(14.141)
Resultado financeiro	4	78	(32.177)	(7.497)

28 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social são como segue:

a. Apuração pelo lucro real

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(705)	22.224	4.981	25.140
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	240	(7.556)	(1.693)	(8.548)
			-	
Equivalência patrimonial	1.816	10.749	-	-
Prejuízo Fiscal do Exercício - não reconhecido	(2.056)	(3.193)	(2.055)	(3.193)
Adições/(Exclusões) permanentes líquidas	-	-	(1.617)	(262)
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05 (a)	-	-	-	5.500
Outros - compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Outros	-	-	(321)	3.587
	-	-	(5.686)	(2.916)
	-	-	(2.780)	(5.166)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(2.906)	2.250
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	-	(5.686)	(2.916)

- (d) A Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05, possibilita a utilização para fins de dedução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social todos os gastos, de projetos que atendam às premissas da Lei do Bem, registrados no intangível. No entanto, no momento em que esses projetos entram em operação e passam a ser amortizados, faz-se necessário neutralizar o efeito dessa amortização, pois já foi totalmente utilizada no primeiro momento pelo custo original.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2025	2024
Provisão para participação nos resultados	3.742	1.221
Provisões diversas	16.576	35.301
IFRS 16	4.704	3.500
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	(29.721)	(29.126)
	<u>(4.699)</u>	<u>10.896</u>
 Imposto Diferido - 34%	 (1.598)	 3.705
Base Prejuízo Fiscal IRPJ	37.177	30.129
Base Prejuízo Fiscal CSLL	38.008	30.960
 Imposto Diferido - 25%	 9.294	 7.532
Imposto Diferido - 9%	3.421	2.786
 Total Diferido	 <u>11.117</u>	 <u>14.023</u>

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

29 Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

(i) Em 27 de fevereiro de 2026, a Autopass, controlada direta da Companhia, realizou a liquidação integral do empréstimo contratado junto ao Banco Daycoval, no montante de R\$ 22.736, conforme condições originalmente pactuadas.

(ii) Adicionalmente, em 25 de março de 2026, houve a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 13.400, na Autopass, conforme deliberação societária ocorrida após o encerramento do exercício.

A Administração avaliou que tais eventos não requerem ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sendo, portanto, divulgados como eventos subsequentes não ajustáveis, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

* * *

Bruno Berezin
Diretor Presidente

Genilda Barbosa Sousa
Gerente Contábil e fiscal
CRC SP-279051/O-5